



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 165/2015 (Autoria da Deputada Cantora Mara Lima)

Instituição do Mês da Mulher, a ser celebrado anualmente em março.

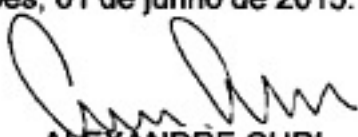
Art. 1º Institui no Estado do Paraná o Mês da Mulher, a ser celebrado anualmente em março.

Parágrafo único. A data instituída no *caput* deste artigo passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Durante o mês de março o Poder Público promoverá a Campanha Estadual de Conscientização contra a violência à Mulher, com a finalidade de divulgar à população as legislações e estruturas existentes em defesa dos Direitos da Mulher.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 01 de junho de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator

PROJETO DE LEI 245/2015

Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Chopinzinho.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR, a efetuar a doação, ao Município de Chopinzinho, do imóvel, com suas benfeitorias, constituído de uma área de terra com 5.000,00 m², referente à parte dos Lotes 63 e 64-A, da Gleba 02, da Colônia Passo do Sol, na cidade de Chopinzinho, matriculado sob nº 9.348, no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho, e de uma área de terra com 1.200,00 m², referente ao Lote 9, da Quadra nº 55, do quadro urbano da cidade de Chopinzinho, matriculado sob nº 6.687, no Serviço de Registro do Imóveis da Comarca de Chopinzinho.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado, exclusivamente, para serviço público municipal, retomando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM

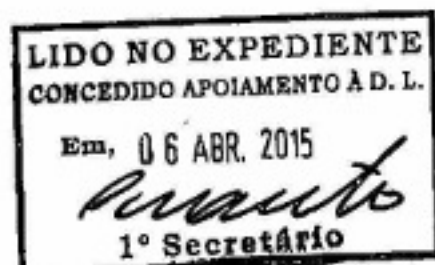
Nº 014/2015

Curitiba, 31 de março de 2015.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO



I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 06/04/2015

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR, a efetuar a doação, ao Município de Chopinzinho, do imóvel, com suas benfeitorias, constituído de uma área de terra com 5.000,00 m², referente à parte dos Lotes 63 e 64-A, da Gleba 02, da Colônia Passo do Sol, na cidade de Chopinzinho, matriculado sob nº 9.348, no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho, e de uma área de terra com 1.200,00 m², referente ao Lote 9, da Quadra nº 55, do quadro urbano da cidade de Chopinzinho, matriculado sob nº 6.687, no Serviço de Registro do Imóveis da Comarca de Chopinzinho.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para serviço público municipal.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em questão fica gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e que retornará ao patrimônio estadual em caso de utilização diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.472.276-6

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

4144 06/04/2015 09:15:43 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 245/2015.

Projeto de Lei nº 245/2015 - Mensagem nº: 14/2015

Autor: Poder Executivo

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Chopinzinho.

EMENTA: O PODER EXECUTIVO AUTORIZA, ATRAVES DO DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGEM, A EFETUAR A DOAÇÃO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA AO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 e 65 DA CE. ARTIGO 17, I, b DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. EMENDA SUPRESSIVA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 14/2015, visa o Poder Executivo autorizar, através do Departamento de Estrada de Rodagem, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Chopinzinho, imóvel construído de uma área de terra 5.000,00 m², referente à parte dos lotes 63 e 64-A, da Gleba 02, da Colônia Posso do Sol, na cidade de Chopinzinho, matriculado sob nº 9.348, no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho, e de uma área de terra com 1.200,00 m² referente ao Lote 9, da quadra nº 55, do quadro urbano na cidade de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Chopinzinho, matriculado sob nº 6.687, no Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho.

O referido imóvel fica gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente, para serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais cabe analisar a possibilidade da cessão de uso sem os trâmites necessários para realização de licitação pública. Vejamos, então, o que o Art. 17, inciso I, alínea "b" da Lei Federal n. 8.666/93, preceitua:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Ademais, verifica-se presente a cláusula revogando automaticamente a doação do imóvel em caso de utilização diversa, conforme artigo 2º, do Anteprojeto de Lei, dando exclusividade ao Município de Chopinzinho, conforme ditames da Lei de Licitações, no seu art. 17, anteriormente citado, §1º, senão vejamos:

§1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do Inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, 15 de Abril de 2015.

DEP. NELSON JUSTUS

Presidente

DEP. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI.

Líder do Governo

APROVADO

15.04.15

Prça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



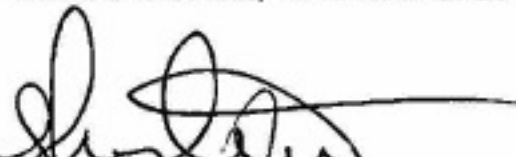
EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 245/2015

EMENTA. Suprime do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 245/2015, a doação da área de terra com 1.200,00 m², referente ao lote 09, da quadra nº 55, do quadro urbano da cidade de Chopinzinho, matriculado sob nº 6.687, no serviço de registro de imóveis da Comarca de Chopinzinho.

Art. 1º. O art. 1º passa a ter a seguinte redação:


"Art. 1. Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR, a efetuar a doação, ao Município de Chopinzinho, do imóvel, com suas benfeitorias, constituído de uma área de terra com 5.000,00 m², referente à parte dos Lotes 63 e 64-A, da Gleba 02, da Colônia Passo do Sol, na cidade de Chopinzinho, matriculado sob nº 9.348, no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho".

Sala das Sessões, 15 de Abril de 2015.




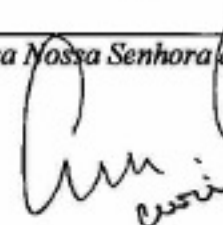
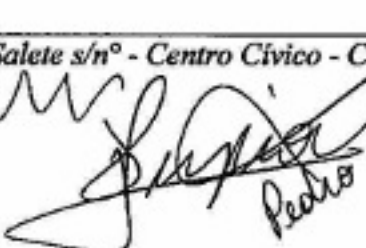


DEP. NELSON JUSTUS.
PRESIDENTE


DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
RELATOR

APROVADO

15.04.15 

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

 Felipe
 Guto
 PR Edson
 Curitiba
 Pedro
 Lites



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 245/15

Projeto de Lei nº. 245/2015

Autor: Poder Executivo

Súmula: Mensagem nº 14/2015 – Autoriza o Poder Executivo, através do DER, a efetuar a Doação do Imóvel que Especifica ao Município de Chopinzinho.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A CESSÃO. LEGALIDADE. POSSIBILIDADE. PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, apresentado pelo Poder Executivo, através da mensagem de lei nº 14/2015, que dispõe sobre a doação de imóvel que especifica ao Município de Chopinzinho, anteriormente à submissão à presente Comissão de Obras foi detidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, tendo parecer favorável na forma da emenda supressiva apresentada na sessão do dia 15 de abril de 2015, razão pela qual deve agora ser analisado nos exatos termos exigidos pelo Regimento Interno desta ALEP, em especial no seu art. 33-F.

FUNDAMENTAÇÃO

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-F, assim dispõe:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



Art. 33-F. Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte e, sobre comunicação em geral.

Desta feita, o presente projeto de lei, em especial por prever uso de bem público e sua doação, necessita de análise desta d. Comissão de Obras, Transportes e Comunicações.

Para tanto, é importante analisar o seu enquadramento na legislação pertinente.

Nesse sentido, podemos citar o quanto disposto no art. 10, da Constituição Estadual, que dispõe sobre a alienação e cessão dos bens pertencentes ao Estado:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



Ora, resta evidente a possibilidade de se efetivar a pretendida doação, desde que atendidos os requisitos legais para tanto.

No mérito, da análise do presente projeto de Lei, recomenda-se apenas, para dar cumprimento integral aos requisitos legais, a anexação, antes de sua aprovação, da matrícula do imóvel ou outro documento hábil que comprove a propriedade e descrição do imóvel contido na mensagem de lei.

Por fim, no que concerne à técnica legislativa atinente ao caso em comento, o projeto de Lei em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei nesta Comissão de Obras, Transportes e Comunicações, na forma de emenda supressiva aprovada, tendo em vista que nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação processual legislativa, desde que atendida a solicitação retro.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.



Dep. Estadual **WILMAR REICHEMBACH**

RELATOR


Dep. Estadual **TIÃO MEDEIROS**

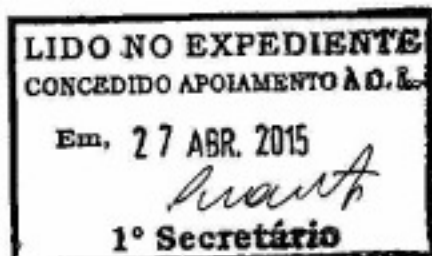
PRESIDENTE

 *Tião Medeiros*

 *Tião Medeiros*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 320/15

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Prado Ferreira - APAE.

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Prado Ferreira - APAE .

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2015.


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A propositura em tela tem como objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Prado Ferreira – APAE, sem fins lucrativos, tem por objetivo atividades de associações de defesa de direitos sociais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 320/2015

Projeto de Lei nº. 320/2015

Autor: Deputado Estadual Alexandre Curi

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Prado Ferreira – APAE.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Prado Ferreira – APAE.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:

Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

- I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;**
- II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;**
- III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto.**

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.


No entanto, a fim de retificar a **Súmula e o Artigo 1º** do projeto de lei que pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva Geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

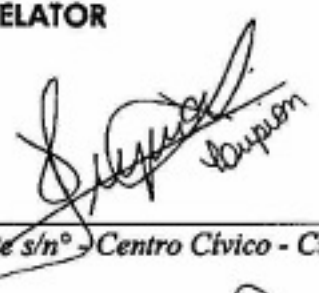
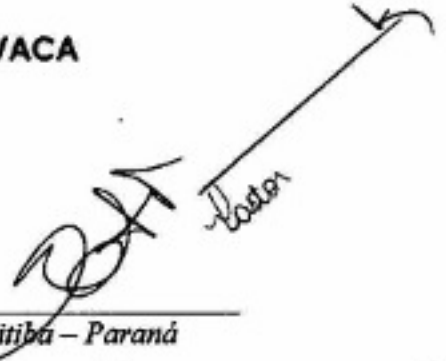
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.

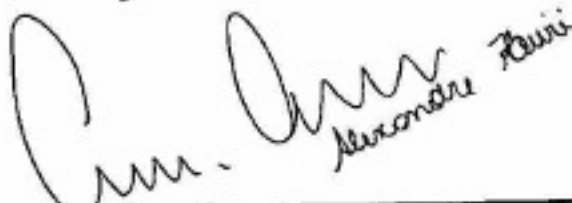

DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

26/05/15


Alexandre Khury



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DIRETORIA LEGISLATIVA
pág. 51f

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 320/2015

De acordo com o que determinam o artigo 137, §2 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 320/2014, passa a contar com a seguinte redação:


Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Prado Ferreira- APAE**, com sede no Município de Prado Ferreira e Foro no Município de Porecatu.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Prado Ferreira- APAE**, com sede no Município de Prado Ferreira e Foro no Município de Porecatu.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua

publicação.

Sala das Comissões, em 19 de Maio de 2014.



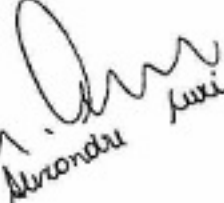

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

26/05/15



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

18ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 27/2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 25 MAIO 2015

1º Secretário

Aprovação da prestação de contas das
despesas dos Senhores Deputados, mês
de março de 2015.

ART. 1º.-

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003 de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003 de 13 de abril de 2009, referente ao mês de março de 2015.

ART. 2º.-

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 18 de maio de 2015.

Dep. Lúcio Medeiros

Dep. Reichembach

DEPUTADO ELIO LINO RUSCH

Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO FRANCISCO BUHRER

Relator

Dep. Soraia Vaca



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

18ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 010/2015/CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº. 010/2015/CTC, prestando contas das despesas dos Senhores Deputados previstas na Resolução 003/2004 com as modificações contidas na Resolução 003/2009, referentes ao mês de março de 2015.

De acordo com a análise procedida no relatório do movimento para atender despesas constantes da Proposição em tela, entendo que a mesma encontra-se de acordo com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto a exatidão das contas prestadas, deliberando pelo Parecer – Favorável – Aprovado.

Pelo acima exposto, esta Relatoria conclui, pela aprovação da presente Proposição.

É o PARECER – FAVORAVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 18 de maio de 2015

[Assinatura]
Dep. João Medeiros

[Assinatura]
DEPUTADO ELIO LINO RUSCH
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

[Assinatura]
Dep. Reichembach

[Assinatura]
DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
Relator

[Assinatura]
Dep. Sampaio



JUSTIFICATIVA

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 3, 13 de abril de 2009.

Formalizou-se a prestação de contas, apreciada e aprovada pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.